

ATA DA 7º REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO GARANTIA A SAFRA

10 DE DEZEMBRO DE 2004

Aos 10 (dez) dias do mês de dezembro de 2004 (dois mil e quatro) no Setor Comercial Norte, Quadra 02 Bloco A, Edifício Corporate Center, 1º andar - Brasília DF, realizou-se a 7ª Reunião do Comitê Gestor de Garantia-Safra, estiveram presentes os seguintes membros do Comitê Gestor do Garantia-Safra: a Sra. **Albanita Peixoto**, representante de Pernambuco, **Antonio Carlos Ferreira de Melo**, representante da Paraíba, **Maria Eleonora de Araújo Barreto**, representante do Estado do Rio Grande do Norte, **José Arimatea Gonçalves**, representante do Ceará, **José Antonio dos Santos** representante de Alagoas, **Matias Ribeiro Cabral**, representante do Piauí, **Sérgio Santana de Menezes**, representante de Sergipe, **Abdon Jordão Filho**, representante, da Bahia, **Sílvio Carlos do Amaral e Silva**, representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, **Luís Henrique S. Lopes**, representante do Ministério da Integração Nacional, **Antônio Clarindo**, representante da ASA Brasil, **José Bento Leite do Nascimento**, representante da ASA Brasil, **Luís Antonio Rossetti**, representante do Ministério da Agricultura. Além destes, estiveram presentes representantes não indicados como membros do Comitê com o objetivo de acompanhar a reunião, o Sr. **Valter Bianchini**, Secretário de Agricultura Familiar, o Sr. **Argileu Martins da Silva**, da Secretaria de Agricultura Familiar, **Manoel José Ribeiro**, PROAGRO/MAPA, **Ivaneck Perez**, representante da CONTAG, **João Cláudio Correia de Oliveira** representante da CAIXA Econômica Federal, **Maria do Carmo Ramos**, representante da EMBRAPA, **Nizomar Falcão**, representante Sebrae/CE, bem como os componentes da equipe do Garantia Safra: **Alexandre Pires Domingues**, **Helbert Danilo de Sá**, **Fábio alves**, **Vanda Regina Araújo Coelho**, **Ricardo França**, **Jorge Eduardo Julio**. Inicialmente o Sr Fábio Alves, usou a palavra para convidar o Secretário da Agricultura Familiar, Sr. Valter Bianchini para efetuar a abertura dos trabalhos. O Secretário Bianchini abriu os trabalhos enfatizando a importância da reunião, por se tratar da última reunião do ano, onde a equipe faria um balanço das etapas já percorridas e apresentação do planejamento para o ano de 2004/2005, comunicou em seguida, algumas alterações na equipe do Garantia-Safra, como a saída do Aloísio e do Alexandre e a chegada do José Arnaldo de Brito, assumindo a Coordenação. Enfatizou o Garantia-Safra como um Programa importante para a região semi-árida brasileira, por estar acoplado à agricultura mais pobre, ligado ao grupo B, a uma política de micro-crédito e de ATER. Ressaltou ainda, a necessidade do Comitê focar a importância do Garantia-Safra não como um segundo cartão alimentação, mas mais como um instrumento importante de inserção social junto a essa área de pobreza rural, finalizando, agradeceu a todos pela presença no evento,

reafirmou a importância de cada participante, a fim de avaliar e discutir melhor o Garantia-Safra, em seguida passou a palavra ao Sr. José Arnaldo de Brito, para dar continuidade à reunião. Ao iniciar sua fala, o Sr. Arnaldo expressou sua satisfação em participar de um Programa de grande relevância dentro das ações do PRONAF. Em seguida, abriu a pauta da reunião, passando a palavra à plenária para aprovação da Ata da reunião anterior. A Sra. Albanita Peixoto, representante de Pernambuco, solicitou correção gramatical na página cinco, linha 172, o que foi prontamente atendida e, em não restando nenhuma objeção a mesma foi por todos aprovada. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Alexandre Domingues, da equipe do Garantia-Safra para apresentação do balanço da safra 2003/2004 e do processo de implementação para safra 2004/2005. Cumprimentando a todos, o Sr. Alexandre fez um breve relato do que foi acordado na última reunião do Comitê, citando a aprovação da Resolução que manteve o valor de contribuição dos agricultores para a safra 2004/2005 em R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos), o valor do benefício em R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), em 05 (cinco) parcelas de R\$ 110,00 (cento e dez reais), informando ainda, que seria um balanço, porque na reunião anterior, a tabela continha alguns números que ainda eram estimados e que agora estão atualizados, informou ainda que a safra 2002/03 fechou em 200.000 (duzentas mil) adesões dos agricultores e na safra 2003/04, em 177.000 (cento e setenta e sete mil) agricultores, apontando uma redução no número de adesão em comparação com a safra anterior, atribuiu essa redução o fato de ter havido muitas chuvas no período das inscrições, além de outros problemas estruturais nas Prefeituras e que a meta definida para a safra 2004/05 confirma os valores que estavam propostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias que foi de 459.000 (quatrocentos e cinquenta e nove mil) cotas distribuídas conforme Resolução aprovada pelo Comitê Gestor na última reunião. Ressaltou que o desafio é conseguir cumprir essa meta, através de um movimento de articulação nos estados e capacitações a serem realizados com as organizações de desenvolvimentos sociais, sociedade civil organizada e federações, disponibilizando assim, o maior número de informações para todos os atores envolvidos diretamente com a safra, para que assim, a meta aprovada seja cumprida. Continuando, fez um breve relato sobre a inadimplência dos Municípios referente a safra 2002/03. O Sr. Silvio Carlos, representante do Ministério do Planejamento, indagou sobre quantos municípios estariam inadimplentes, ao que o Sr. Alexandre informou não ter ainda esse dados compilados, precisaria obter maiores informações dos Estados para dar uma resposta mais concreta. O Sr. Sérgio Santana, representante de Sergipe, informou que, em seu Estado, seriam dois municípios inadimplentes e, mais quatro com pagamento parcial, havendo uma situação diferente desse ano para o ano passado, onde houve 100% de adimplência, acrescentando ainda, que nesse ano surgiram dois fatores durante o processo de

implementação que podem ter contribuído para a questão da inadimplência: o excesso de chuva e a saída de alguns prefeitos. Ainda sobre a questão da inadimplência dos municípios, o Sr. Alexandre esclareceu que, para a assinatura do termo de adesão, o município tem que estar adimplente. Em seguida, apresenta toda a movimentação financeira do Fundo Garantia-Safra, sobre o que foi previsto no início da safra e o que foi realizado até o momento, informando que alguns Estados ainda não haviam aportado recurso ao Fundo, caso do Estado da Bahia e do Rio Grande do Norte e Alagoas. O Sr. Abdon Jordão, representante da Bahia, esclarece que em seu Estado, dos vinte municípios que aderiram ao Programa em 2003-2004, cinco estariam com seus aportes atrasados, mas que o Estado vem tentando resolver essa questão, o Sr. José Antônio dos Santos, representante de Alagoas informou que o seu Estado vem enfrentando problemas junto a Defesa Civil Nacional, que segundo ele, o Prefeito decreta a situação de emergência, elabora o documento, que avalia os danos causados junto à Defesa Civil, o documento vem para Brasília onde fica parado. A Sra. Albanita Peixoto interveio, para confirmar que o mesmo fato vem acontecendo em seu Estado, Pernambuco. Quanto ao assunto mencionado, o Sr. Alexandre Pires, informa a todos que trata-se de competência de outro Ministério, no caso, o Ministério da Integração Nacional e sugere que sejam agendadas algumas reuniões no sentido de conhecer melhor os critérios de avaliação para a homologação dos Decretos. O Sr. José Antônio, retoma a palavra para esclarecer que o procedimento da Defesa Civil, segundo informações por ele obtidas, consiste no preenchimento de dois documentos que vêm para Brasília junto ao Decreto de emergência, que seria o AVADAN, avaliação de danos e NOPRED, que é uma notificação. Retomando a palavra o Sr. José Arnaldo de Brito fala da necessidade do Garantia Safra fazer uma reunião com a Defesa Civil para explicar o Programa, deixando registrado como proposta do Comitê. O Sr. Matias Ribeiro Cabral, representante do Piauí, comenta que em seu Estado, o problema da falta de reconhecimento da Defesa Civil, também está acontecendo. Em seguida, O Sr. Arnaldo convocou o membro da Equipe Sr. Helbert Danilo de Sá para alguns informes sobre o andamento das capacitações nos Estados. Inicialmente o Sr. Helbert, informou o calendário elaborado para as capacitações, informando quais as que já foram realizadas e as demais ainda em processo, em seguida fez algumas considerações quanto ao grau de conhecimento dos técnicos em relação ao Programa, pois segundo ele, deve haver mais divulgação para que o técnico não chegue na capacitação sem nada saber sobre o programa. Em seguida, o Sr. José Arnaldo de Brito faz um breve relato sobre as articulações com os movimentos sociais, ressalta a importância desse processo dentro do contexto do Garantia-Safra. O Sr. José Arimatea, representante do Ceará, indaga sobre o calendário das articulações com os movimentos sociais, ao que o Sr. Ivaneck Perez, representante da CONTAG, esclarece, que as reuniões com as

Federações são feitas nos conselhos deliberativos das Federações, aproveitando a presença dos Sindicatos e outras entidades. O Sr. José Arnaldo de Brito, retoma a palavra para informar que o calendário das articulações está sendo criado mediante demanda dos Estados. O Sr. Antônio Carlos Ferreira de Melo, representante da Paraíba, pede a palavra para enfatizar a importância do envolvimento dos Sindicatos rurais no processo do Garantia Safra. Sobre o assunto, faz alguns comentários a respeito do seminário realizado no seu estado, em 19/11/2004, que contou com a presença de várias entidades sindicais da região. Acrescentou que o momento foi de grande importância para a capacitação e divulgação do Programa e que o envolvimento dessas entidades já se faz presente, tanto no tocante ao aumento no número de municípios aderidos como também no caso de algumas denúncias de irregularidade levantadas, que foram posteriormente apuradas, o que resultou em exclusão de algumas pessoas do Programa em dois municípios. A Senhora Eleonora, representante do Estado do Rio Grande do Norte diz que em seu estado, já está adotando a experiência de se trabalhar junto aos Sindicatos, ficando mais fácil saber das vivências de cada agricultor, articulando melhor com o poder executivo municipal, com isso, há um número bem maior de adimplentes. Em seguida, a palavra é repassada ao Sr. José Bento, representante da ASA Brasil, para dar seu depoimento sobre o processo de articulação com os movimentos sociais na sua região. Segundo ele, as parcerias têm ajudado imensamente o pequeno agricultor da região do Cariri, tendo destacado o trabalho de diversas entidades, no sentido de fomentar as ações de convivência com o semi-árido, citou a parceira entre o governo estadual e federal na questão da disponibilidade de sementes e o apoio da CONAB com a compra antecipada, o que segundo ele, deu um grande impulso na produção. Em prosseguimento à pauta, o Sr. Helbert, da equipe do Garantia-Safra, inicia sua fala a respeito do Parecer Jurídico sobre a priorização ou inclusão de novas culturas no Garantia-Safra, demanda solicitada na última reunião. O teor da consulta trata da competência do Comitê Gestor do Garantia-Safra para alterar, suprimir ou acrescentar critérios de seleção dos agricultores familiares para ingresso no Programa. Segundo o Parecer lido, a Resolução anteriormente proposta, que tratava da inclusão de novas culturas no Programa, apenas como critério de priorização no processo de seleção, estaria condizente com as competências atribuídas ao Comitê Gestor Garantia Safra. Esclareceu ainda, que o encaminhamento da consulta à Jurídica, nasceu da demanda dos próprios Estados junto ao Comitê Gestor. O Sr. Fábio complementa informando que a discussão sobre novas culturas vem sendo debatidas desde a 5ª reunião do Comitê Gestor, sendo que na última reunião foram apresentadas algumas propostas para inclusão de novas culturas e que os membros do Comitê tinham manifestado algumas dúvidas a respeito da competência do Comitê Gestor para deliberar sobre esse assunto. O Sr. Alexandre sugere que em não havendo impedimento legal, o

debate sobre o assunto seja reiniciado na próxima reunião do Comitê. O Sr. Arnaldo retoma a palavra para ressaltar a importância do processo de construção no Garantia-Safra e que, dada a relevância do assunto, este constará da próxima pauta. Em prosseguimento à pauta, passa a palavra ao Sr. Argileu Martins da Silva, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar, este cumprimenta a todos, agradecendo a oportunidade e em seguida faz um breve histórico do DATER, destacando algumas experiências que já aconteceram no Nordeste Brasileiro, no Norte de Minas, Jequetinhonha, citando que, o principal desafio de hoje é transformar um agricultor estereotipado pela literatura, conhecido até então como um Jeca Tatu para chegar num agricultor protagonista do desenvolvimento, capacitando-os para isso. Segundo Argileu, o novo objetivo da ATER é ter competência de desenvolver processos educativos permanentes e continuados a partir de um enfoque que é o construtivismo, considerado como uma metodologia onde ninguém sabe mais que o outro, onde existem vários saberes que juntos produzem novos conhecimentos. José Arnaldo acrescenta que o objetivo é mesmo provocar o Comitê no sentido de dar conhecimento a todos da existência dessas ações, e, também, de Políticas Públicas voltadas para o Semi-Árido. Acrescentou que hoje existem várias ferramentas de incentivos a essas Políticas, faltando uma interação maior entre os entes envolvidos. Em seguida, o Sr. Arnaldo passou a palavra ao representante da ASA Brasil, Sr. José Bento, para dar seu depoimento sobre as ações de convivência com o semi-árido, desenvolvidas em sua região. Ao iniciar sua fala, —o Sr. José Bento destaca as ações desenvolvidas na Asa Paraíba, onde vem trabalhando com mais de 200 entidades dentro do Estado, priorizando a articulação com demais entidades, cita algumas comissões como: a Comissão de sementes, Comissão de água, que trabalha recursos hídricos e está muito empenhada com o Programa Um milhão de cisternas (P1MC), um programa de mobilização social, capacitação e resulta na construção de cisternas e não é somente a construção, mas também a capacitação, trabalhando junto ao Programa, a construção de Micro-créditos, a Comissão Agrária, que discute a questão agrária do estado. Acrescenta que a Comissão de semente trabalha hoje com 220 bancos de sementes dentro do Estado, e que estas produzem mais de quarenta variedades, cita também a articulação com a CONAB, com a compra antecipada de mais de 80 toneladas de sementes. Acrescenta ainda, que a perspectiva de uma nova modalidade de Assistência Técnica vem contribuir muito, não esquecendo que se deve trabalhar também a educação, pois segundo ele, a maioria dos técnicos que saem das escolas técnicas, saem muito acadêmicos, esquecendo de vivenciar as experiências dos agricultores. Terminada a exposição do representante da ASA, o Sr. Arnaldo, abre a plenária para eventuais perguntas aos oradores. O Sr. Arimatea, representante do Ceará, fez indagação, a respeito da continuidade das políticas

públicas, em específico a questão da assistência técnica a longo prazo, haja visto as alternâncias no governo, então qual seria a sustentabilidade dessas ações. Em resposta o Sr. Argileu argumenta que em qualquer processo, só se alcança uma sustentabilidade de uma ação, quando seu público-alvo apropria-se dela, citando como exemplo, o PRONAF. O representante da ASA, Antônio Clarindo, participa do debate, questionando sobre a necessidade de uma assistência técnica aliada à preocupação de preservação ambiental e cultural, cita algumas experiências em assentamentos no Ceará, onde esses pontos são preservados. Em resposta, o Sr. Argileu, justificou que as reivindicações citadas são válidas e que estão contempladas no documento da Política de ATER. Em seguida o Sr. Antônio Carlos, representante da Paraíba, indaga ao diretor de Assistência Técnica, Sr. Argileu, sobre a questão do controle de qualidade da assistência técnica prestada hoje ao agricultor familiar, ao que o Sr. Argileu respondeu que trata-se hoje de um desafio para DATER, estando em andamento o trabalho de credenciamento das Organizações, com caráter técnico, além deste, há um acompanhamento do monitoramento e da avaliação dos convênios. Finalizando o debate, o Sr. Arnaldo Brito, agradece a participação do Senhor Argileu e José Bento, ressaltando a contribuição do debate para o Programa Garantia Safra. Em seguida, passa a palavra ao Sr. Alexandre Domingues, que informa aos participantes a necessidade de se montar a pauta para a próxima reunião do Comitê-Gestor, passando a palavra à plenária para sugestões. O Sr. Arimatea, representante do Ceará, pede a palavra para alguns questionamentos e providências quanto as ações que estão acontecendo agora no seu estado. Inicialmente fala sobre a necessidade de ajuste do calendário dos aportes, do pagamento do benefício, da questão do ônus do programa para o Estado, no que se refere ao processo de verificação de plantio e perda, onde na safra passada o Estado do Ceará teve um gasto considerável com esse processo. Além disso, há a questão das tarifas bancárias para a arrecadação da contribuição do agricultor e repasse para o Fundo, bem como a necessidade de simplificação do sistema informatizado do programa, de forma que não seja necessário refazer todo ano o mesmo processo de inscrição do agricultor, por último, cita a necessidade de melhoria no termo de adesão que o Estado assina, sugerindo um novo formato mais próximo do formato de convênio, constando inclusive um número de referência, que segundo ele, facilitaria no momento de justificar o repasse dos aportes estaduais ao setor financeiro do Estado. Com a palavra o representante do Piauí, Sr. Matias Cabral, que fala de sua preocupação com a questão da situação das Prefeituras, onde houve alteração de gestão. Segundo ele, existe uma necessidade urgente de esclarecer os novos Prefeitos sobre o que é o Programa, pois existe muita pressão por parte dos agricultores para que o novo Prefeito assine o termo de adesão, no entanto, ele nem conhece direito o Programa. Terminada sua fala, o Sr. Matias passa a palavra para a

representante do Rio Grande do Norte, Sr^a Eleonora, que inicialmente fala do ônus que o Programa traz para seu Estado, onde precisa disponibilizar recursos quase que diariamente para acompanhamento do processo de implementação, sugere que o Ministério viabilize uma ajuda ao Estado para custear essas despesas. Retomando a palavra, o Sr. Alexandre, faz algumas considerações sobre tudo que foi discutido, reconhece a necessidade de alguns ajustes no Programa, o que segundo ele, já está sendo providenciado, especialmente no que se refere ao processo de pagamento dos aportes. O Sr. Sérgio Santana interveio para informar que no seu Estado, Sergipe, a questão dos custos referentes à arrecadação das contribuições dos agricultores foi reduzido, uma vez que lá, o serviço é realizado pelo banco estadual. Mas reconhece a necessidade de articulação das ações do Programa, no caso de Sergipe essa articulação com o setor financeiro do Estado favoreceu a criação de um fundo somente para custear essas ações, o que significou mais autonomia para execução do Programa. Em seguida, a representante de Pernambuco, Sr^a. Albanita Peixoto, questiona a possibilidade de mudança na legislação no que se refere ao período de adesão, o que segundo ela, nem sempre é possível atender esse período, em virtude de situações diversas no decorrer do processo. Em seguida o Sr. Matias retoma a palavra para sugerir a presença de um membro da Defesa Civil Nacional, no Comitê Gestor do Garantia-Safra, pois no seu entender, muitas dúvidas com relação ao assunto ficam sem respostas, o que foi reforçado pelo Sr. Abdon, representante da Bahia, este acrescentou ser fator primordial num fórum de elevada importância como é o Comitê Gestor do Garantia-Safra, onde se procura esclarecer pontos importantes para o andamento das ações, complementando sua fala, o Sr. Abdon agradece o trabalho prestado pelo Sr. Alexandre frente ao Programa, como também as boas-vindas ao novo coordenador. Finalizando a reunião, o Sr. Arnaldo, afirma não ter dúvida sobre a importância dos assuntos ali tratados e que estes deverão ser revistos, discutidos e avaliados. Acrescenta ainda, que acredita no Programa e reafirma seu compromisso de dar continuidade às suas ações e que, considera o Garantia Safra um programa de suma importância para o Nordeste. Afirma que, junto à equipe do Garantia Safra e de todos os que estão presentes, serão buscadas as melhores soluções para sua melhoria. Agradece a presença de todos e em seguida, deu por encerrada a VII reunião do Comitê Gestor do Garantia Safra.

Presidente do Comitê Gestor do Garantia-Safra

Ministério do Planejamento, Orçamento e

Ministério da Agricultura

Gestão.

_Ministério da Integração Nacional

Estado de Sergipe

Estado de Alagoas

Estado da Bahia

Estado do Ceará

Estado da Paraíba

Estado de Pernambuco

Estado do Piauí

ASA Brasil

ASA Brasil